

CALKINS, N.A. *Primeiras lições de coisas* – manual de ensino elementar para uso dos paes e professores. Tradução de Rui Barbosa. Obras Completas, v. XIII, tomo 1, Rio de Janeiro, 1950. 573 p.

Gladys Mary Teive Auras*

A obra *Primeiras lições de coisas* – manual de ensino elementar para uso dos paes e professores, do professor norte-americano Norman Alisson Calkins, foi publicada pela primeira vez no ano de 1861, tendo sido considerada pelo francês Ferdinand Buisson, em seu famoso relatório sobre a seção de educação da Exposição Internacional de Filadélfia, realizada no ano de 1876, como “a melhor coleção de coisas de que há notícia” (p. 7). Tidos como guias para orientar a implantação do método de ensino intuitivo pelos professores do ensino elementar, os manuais de lições de coisas ganharam força a partir do final do século XIX e início do século XX, abrangendo os conteúdos a serem ministrados no ensino elementar bem como as prescrições metodológicas a serem seguidas pelo professor. Segundo o próprio CALKINS: “Difere o meu livro de outros elaborados por vários professores, numa função importante, a saber: exemplifica ao preceptor o modo de haver-se, em cada passo sucessivo, no desenvolver o espírito das crianças. Depois de dizer o que se há de praticar, passa a mostrar por exemplos demonstrativos o como fazê-lo.” (p. 20).

Para alcançar tal intento, o manual foi organizado na forma de perguntas e respostas e na apresentação de materiais didáticos e de objetos concretos, os quais tinham o objetivo de assegurar às crianças, por meio da observação e da experimentação, o conhecimento das coisas e do mundo material.

* Professora do Departamento de Estudos Especializados em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. Doutoranda em Educação, na Universidade Federal do Paraná - UFPR. E-mail: gladysive@bol.com.br

Ao tecer os princípios fundamentais das lições de coisas, Calkins afirma – sintonizado com os pressupostos do método de ensino intuitivo ou lições de coisas – que o conhecimento tem início na operação dos sentidos sobre o mundo exterior, a partir do qual são produzidas sensações geradoras de percepções sobre as coisas que, por sua vez, produzem concepções que são retidas pela memória, as quais, acrescidas da imaginação e do raciocínio, possibilitariam o desenvolvimento do juízo e do discernimento. A atenção fixada no que se percebeu, leva à observação, à comparação e à classificação das experiências e dos fatos, produzindo o conhecimento.

Desse modo, para o autor, a primeira preocupação de pais e de professores deve ser a de “cultivar no menino os hábitos de observação acurada, ensinando-o igualmente a agrupar as coisas semelhantes, entre si. Esses hábitos – a lucidez no perceber, a fixidez no atender, o escrúpulo no observar, a prontidão no classificar – asseguram a aquisição de novas noções nos anos subseqüentes” (p. 32). Sua obra se propõe a auxiliar pais e mestres nesta tarefa, buscando despertar o interesse da criança por meio de perguntas que propiciem oportunidades para o exercício do julgamento, *instruindo pelas próprias coisas e não acerca das coisas*.

Esta educação dos sentidos deverá, segundo o autor, ser iniciada em casa, pelos pais, e, para auxiliá-los, são propostos exercícios sob o título “Educação doméstica dos sentidos”, os quais privilegiam os sentidos do paladar, do olfato e do tato, uma vez que a instituição escolar deveria dedicar-se com mais afinco aos exercícios relacionados à visão e à audição, indispensáveis ao aprendizado da leitura e da escrita, centrado nas palavras – “símbolos das idéias” – o qual ficou conhecido como “método de marcha analítica”. Aos professores, por sua vez, são oferecidas prescrições minuciosas acerca do como desenvolver o raciocínio das crianças no que se refere às diferentes noções, tal como forma, cor, número, soma, diminuição, multiplicação, fração, largura, espessura, altura, profundidade, medidas, tempo, som etc., bem como noções de desenho, leitura e escrita, além de lições de coisas sobre o corpo humano e educação moral. Quanto a esta última, Calkins ressalta que as lições deverão ser ministradas “incidentemente”, sem um horário específico, ou seja, deverão ser “entremeadas” às lições de cada dia e aos “incidentes” que forem surgindo, posto que, também nesta área, “basta de abstrações” (p. 554). Ressalte-se, ainda, o capítulo dedicado ao desenho, considerado pré-requisito básico para a escrita, tal como advertiu Pestalozzi: “Não há escrever, sem desenhar.” (p. 359). Nesse sentido, os exercícios propostos por Calkins visam proporcionar à criança a habilidade manual no uso do lápis e a segurança do olho no que se refere ao discernimento das

figuras, posição das linhas e medição das extensões. Também merece especial destaque o capítulo intitulado “Leitura Elementar” no qual, a partir da apresentação e análise dos principais métodos de ensino utilizados na época, é apresentado, passo a passo, o método intuitivo de ensinar a ler. Este capítulo exigiu do tradutor um “espinhoso trabalho de adaptação”, face as diferenças de sons entre a língua inglesa e a portuguesa.

Para o desenvolvimento de cada uma das “noções de coisas” sugeridas, o autor propõe que o professor parta de onde o aluno se encontra, ou seja, das coisas que lhe são familiares, levando-o a utilizar-se dos conhecimentos adquiridos para obter novas idéias. *Primeiro as coisas, depois as palavras* – esta máxima é o fio condutor da obra de Calkins. “Fartar a memória de palavras, que o menino há de reproduzir em resposta a certas perguntas, não é educar. O que cumpre, é exercitar justamente os sentidos de ver, palpar, gostar, cheirar e ouvir, fazendo com que da sua atividade proceda o desenvolvimento da inteligência” (p. 468).

Assim, é de objetos conhecidos pelas crianças, como bolas, cadeiras, mesas, laranjas, anéis etc., que o professor deve partir, progredindo para a sua forma geométrica, suas propriedades, comparação de formas semelhantes e diferentes, até atividades mais complexas, relacionadas às abstrações. Por isso, as lições propostas partem sempre do simples para o complexo, do concreto para o abstrato, do particular para o geral, da síntese para a análise, do conhecido para o desconhecido, das coisas para as palavras, numa nítida valorização do saber vinculado a resultados práticos e concretos, segundo os pressupostos da pedagogia científica.

O ensino, até então centrado nos textos e livros, cede lugar, no manual de Norman Calkins, ao estudo científico das coisas, centrado na observação e na experiência da criança. Como conseqüência desta ênfase no ensino das coisas, os compêndios até então utilizados pelos alunos perdem o papel de depositários principais dos conhecimentos a serem memorizados, ganhando, então, ênfase, o livro do professor – o manual – transformado em guia e suporte indispensável ao seu trabalho. Não foi sem razão, portanto, o grande sucesso que os manuais tiveram no início do século XX entre o professorado brasileiro, cuja formação, na época, era bastante deficiente.

Por conta disso, Rui Barbosa, tradutor e adaptador de *Primeiras lições de coisas* – manual de ensino elementar para uso dos pais e professores, acreditava que este manual, ao apontar uma “nova direção pedagógica” e um “novo espírito” para o ensino elementar, constituía-se num caminho seguro para a “regeneração” do país. Adepto das idéias liberais, Rui considerava a educação escolar o principal fator de desenvolvimento de um país, julgando

fundamental modificar as práticas pedagógicas então vigentes nas escolas brasileiras, consideradas arcaicas e enfadonhas, dando-lhes nova direção pedagógica, de modo a adequá-las ao projeto político modernizador em curso. A obra de Norman Alisson Calkins, uma transposição didática da idéias de Pestalozzi, consubstanciadas no chamado método intuitivo ou lições de coisas, servia como luva para este *desideratum* (para usar uma expressão muito empregada na época), por contrapor-se ao método tradicional – baseado na repetição e na memória – e, conseqüentemente, às formas de pensar, perceber e de agir que ele produzia.

Os estudos que realizou – enquanto relator da Comissão da Instrução Pública, na Câmara dos Deputados do Rio de Janeiro – para embasar seus pareceres sobre a reforma do ensino primário, secundário e superior, proposta em 1879, pelo ministro Carlos Leôncio de Carvalho, colocaram-no em contato com o que acontecia na instrução pública de países como a Inglaterra, França, Suíça, Alemanha, Áustria etc., e, principalmente, com o movimento das idéias pedagógicas norte-americanas. Este movimento, fortemente influenciado pela doutrina de Pestalozzi, consubstanciada no chamado método intuitivo ou lições de coisas era considerado, no final do século XIX, uma verdadeira revolução na forma de organizar a escola e ensinar as crianças, por substituir o caráter abstrato e pouco utilitário da instrução, pela observação e experimentação científica.

Texto recebido em 03 dez. 2002

Texto aprovado em 18 fev. 2003